

Regimes de verdade e discurso jornalístico: reflexões acerca do papel das representações mediáticas como produtoras dos efeitos regulamentados de poder

Gustavo Freitas¹

<https://orcid.org/0000-0002-9497-7220>

Resumo: Os meios de comunicação, numa espécie de curadoria discursiva, controlam a produção e disseminação daquilo que se tem por verdade nas nossas sociedades, de acordo com o pensamento de Michel Foucault. Essa curadoria, que consiste no acolhimento e rejeição de discursos, tem como objetivo criar aquilo que o autor chamaria de regimes de verdade que, por sua vez, produzem efeitos regulamentados de poder. A partir desse entendimento, nesta revisão, propomo-nos discutir a formação desses regimes de verdade tomando como ponto de partida a teoria foucaultiana e estabelecendo conexão com colaborações teóricas de outros autores a respeito da responsabilidade dos meios de comunicação – especialmente os informativos – na

construção e socialização de discursos que almejam esse estatuto de verdade; considerando o jornalismo como um sistema mediador de sistemas peritos, um meta-sistema que tem a autoridade para legitimar aqueles que legitimam o que entendemos por verdade; estabelecendo como foco das discussões as representações mediáticas na linguagem jornalística por conta da neutralidade reivindicada nesta atividade; pensando nesses regimes de verdade como uma espécie de colonização simbólica, pelo fato de o conhecimento ser uma prática simbólica e ter propriedades políticas, não somente científicas e intelectuais; e entendendo essas representações como alimentadoras de outros regimes, os de exclusão, que ‘fetichizam’ a verdade.

Palavras-Chave: Regimes de verdade; Poder; Representações; Pós-colonialismo; Discurso

Regimes of truth and journalistic discourse: reflections on the role of media representations as producing the regulated effects of power

Abstract: The media, in a kind of discursive curatorship, control the production and dissemination of what is

considered true in our societies, according to Michel Foucault's thought. This curatorship, which consists of

¹ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. E-mail: gustavofreitas.jor@gmail.com.

welcoming and rejecting discourses, aims to create what the author would call regimes of truth which, in turn, produce regulated effects of power. Based on this understanding, in this review, we propose to discuss the formation of these regimes of truth taking as a starting point Foucault's theory and establishing a connection with theoretical collaborations from other authors regarding the responsibility of the media – especially the informative – in the construction and socialization of discourses that aim at this status of truth; considering

journalism as a mediating system of expert systems, a meta-system that has the authority to legitimize those who legitimize what we mean by truth; establishing as the focus of discussions the media representations in journalistic language due to the neutrality claimed in this activity; thinking of these regimes of truth as a kind of symbolic colonization, because knowledge is a symbolic practice and has political properties, not only scientific and intellectual; and understanding these representations as feeders of other regimes, those of exclusion, which 'fetishize' the truth.

Keywords: Truth regimes; Power; Representations; Post-colonialism; Discourse

Regímenes de verdad y discurso periodístico: reflexiones sobre el papel de las representaciones de los medios como productores de los efectos regulados del poder

Resumen: Los medios, en una especie de curaduría discursiva, controlan la producción y difusión de lo que se considera verdadero en nuestras sociedades, según el pensamiento de Michel Foucault. Esta curaduría, que consiste en acoger y rechazar discursos, tiene como objetivo crear lo que el autor llamaría regímenes de verdad que, a su vez, producen efectos regulados de poder. Con base en este entendimiento, en esta revisión nos proponemos discutir la formación de estos regímenes de verdad tomando como punto de partida la teoría de Foucault y estableciendo una conexión con las colaboraciones teóricas de otros autores sobre la responsabilidad de los medios de comunicación –especialmente los informativos– en la construcción y

socialización de discursos que apuntan a este estado de verdad; considerar al periodismo como un sistema mediador de sistemas expertos, un meta-sistema que tiene la autoridad para legitimar a quienes legitiman lo que entendemos por verdad; establecer como foco de discusión las representaciones mediáticas en lenguaje periodístico debido a la neutralidad reivindicada en esta actividad; pensar en estos regímenes de verdad como una especie de colonización simbólica, porque el conocimiento es una práctica simbólica y tiene propiedades políticas, no sólo científicas e intelectuales; y entender estas representaciones como alimentadores de otros regímenes, los de exclusión, que 'fetichizan' la verdad..

Palabras Clave: Regímenes de verdad; Poder; Representaciones; Poscolonialismo; Discurso

I. Introdução: teoria foucaultiana, verdade e *media*

Há uma queixa recorrente entre os estudiosos da comunicação e dos *media* sobre o fato de Michel Foucault, importante filósofo que revolucionou nossa forma de pensar o poder, não ter se dedicado especificamente a teorizar sobre esse campo. Mas é fato que o autor deixou importantes conceitos que podem nos servir como parâmetros para o entendimento do lugar de determinados mecanismos na estruturação do poder. Um exemplo desses conceitos é o *regime de verdade*, a ser trabalhado neste artigo como ponto de partida para a compreensão do papel que os *media* desempenham na acolhida e rejeição de discursos, bem como na determinação do que é verdade (Foucault, 1979). Este termo foucaultiano expõe o caráter político da verdade, a relação do poder com o saber e o fato de vivermos sob um regime simbólico de exclusões que tem implicações diretas no mundo material (Foucault, 1980; Hall, 2016).

Com foco nos *media* informativos, queremos dialogar com outros autores e teorias no intuito de perceber o papel desses mecanismos na estruturação e manutenção dos *regimes de verdade*. Além disso, tencionamos jogar luz nos dispositivos ligados ao exercício poder que são os *media*, que opera na socialização e estruturação do conhecimento/poder; bem como queremos discutir a influência dos *media* nas “formações discursivas” por meio de seu estatuto de meta-peritos (Giddens, 1991; Miguel, 1999) e da sua relação com o poder hegemônico (Lull, 1995).

Num primeiro momento, orientados pelo trabalho de Foucault em *Microfísica do Poder*, tentamos interpretar o conceito de regime de verdade e suas características, bem como explicar o motivo pelo qual associamos esse regime a uma concepção de colonização simbólica de imaginários. Quanto à questão de uma homogeneização desses imaginários, importantes autores já se dedicaram (Anderson, 2006; Hall, 2016), mas quando falamos de colonização,

queremos nos referir às estratégias de conquista de consciências como forma de fortalecer sistemas que há muito romperam as fronteiras nacionais e seguem alienando comunidades a fim de manter as relações de exploração sob novos argumentos. Num segundo momento, recorreremos a alguns autores para compreender o estatuto social do jornalismo² e como esta chancela pode potencializar as possibilidades de uma atividade que age por meio de representações e oferece determinadas leituras sociais sem ativismo aparente e em nosso nome (Hartley, 2019).

2. Regimes de verdade: economia política ou colonização simbólica?

Toda sociedade, de acordo com Foucault (2008), tem seu *regime de verdade*, ou seja, sua “política geral” de verdade. Esse regime opera no acolhimento e rejeição de discursos; nas técnicas e procedimentos usados para obtenção do que é verdade e na conceção de um estatuto aos dispositivos que podem dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2008, p. 12). Também para o autor, há uma relação de interdependência entre verdade e poder: ao mesmo tempo que o regulamenta, a verdade só existe dentro do poder, sendo este seu precedente.

Ao entendermos a verdade como um saber em constante produção por meio desse movimento de acolhimento de discursos, é necessário também compreendermos que, se o saber é uma das três dimensões da atividade simbólica, de acordo com Esteves (2016), logo, o regime de verdade opera na forma de constrangimentos desempenhados simbolicamente. Sendo assim, o *regime de verdade* seria o resultado de disputas simbólicas. Ao usarmos o termo “disputas”, nos conectamos ao pensamento foucaultiano de que a história que nos carrega e nos determina tem forma de guerra mais do que de linguagem: relações de poder, não relações de sentido (Foucault, 1980, p. 114).

² Em consonância com Esteves (2015), rejeitamos a atuação jornalística como “a única atividade relevante a nível dos *media*... mesmo aceitando que esta linguagem continua ainda hoje a ser a forma de mediação por excelência da comunicação pública” (p. 279).

Os discursos acolhidos dentro de uma estrutura de poder regulamentada por um regime de verdade³ preveem a acolhida ou rejeição de algo ou alguém. Inclusive, de acordo com o próprio Foucault, a nossa histórica vontade de verdade (de saber) é um indício de que nossa organização social inscrita nos limites da linguagem é um regime de inclusões e exclusões (Foucault, 1999). Ou seja, *regimes de verdade* são regimes de saber que orientam um determinado exercício de poder. Este saber, ou esta verdade, legitima o que prevê como verdadeiro e, de certa forma, violenta o que não prevê, de acordo com sua necessidade de subalternizações para o prolongamento e fortalecimento do poder em exercício.

Para este debate inicial acerca dos *regimes de verdade*, destacamos uma provocação de Ailton Krenak, indígena brasileiro, sobre a lógica colonizadora sob a qual operavam os impérios europeus:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa **luz incrível**. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. (Krenak, 2019, p. 9, grifo nosso)

Endereçando sua crítica às nações europeias que foram centros de grandes impérios estabelecidos por meio de colonizações de outros povos completamente distintos, Krenak alinha-se ao pensamento foucaultiano sobre *regime de verdade* e sua importância para o exercício do poder que se dá a partir

³ O discurso é sobre a produção de conhecimento por meio da linguagem. Mas ela mesma é produzida por uma prática: “prática discursiva” - a prática de produzir sentido. Uma vez que todas as práticas sociais implicam sentido, todas as práticas têm um aspecto discursivo. Assim, o discurso entra e influencia todas as práticas sociais (Hall, 2019, p. 155).

de um campo de saber. Para que o império se formasse e contasse com o apoio popular, seguindo a interpretação de Krenak, era necessária a crença inquestionável na “luz incrível” bem como naquela determinada forma de se estar na dita civilização.

Foucault (1979) destaca que, em nossas sociedades contemporâneas, esses *regimes de verdade* tem cinco características de importância histórica: a primeira delas é que a verdade tem forma de discurso científico e está atrelada às instituições que produzem este discurso. Uma das marcas dessa priorização de discursos centrados em argumentos racionais foi descrita por Gaye Tuchman (2000) quando, fortalecendo as percepções científicas de Harold Lasswell, apontou que os *media* de massa substituíram a igreja no ensino das lições mais básicas sobre a vida social. Essa substituição do principal provedor da percepção de realidade⁴ nos confirma que historicamente foi sendo alimentada uma preferência sobre a verdade como algo verificável e produzido neste mundo. A verdade não constitui-se como um discurso de revelação mas como um discurso embasado na cientificidade (Foucault, 1979), por isso, a necessidade de uma mediação discursiva que promovesse isto.

A segunda característica é a de que, em uma dada sociedade, a verdade é submissa aos movimentos económicos e políticos. Esta percepção joga luz sobre as implicações práticas e materiais das relações simbólicas possíveis por meio da linguagem, constituindo-se, assim, num claro ponto de encontro entre o mundo material, onde as coisas e pessoas existem, e as práticas e processos simbólicos pelos quais representação, sentido e linguagem operam (Hall, 2016). Faz-se importante destacar aqui um conceito de grande importância no entendimento da obra de Foucault, o de “*episteme*”⁵. Este conceito trata, especificamente, sobre a verdade enquanto dependente do poder e exige de nós análises que não isolem o saber (com estatuto de verdade) do contexto histórico no qual esteve a sustentar um sistema de poder (Chouliaraki, 2016), pois os

⁴ Ver Esteves (2016).

⁵ Por *episteme*, o autor chama o estabelecimento de relações de poder que fortalecem discursos (Foucault, 1999, 2008).

discursos que naquele dado momento são acolhidos estão conectados com as decisões políticas e económicas a serem tomadas ou legitimadas. Pela explicação do próprio Foucault (1999), devemos “conceber o *discurso como uma violência* que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o *princípio de sua regularidade*” (p. 53, grifos nossos). Ou seja, a verdade é o estatuto para o qual o discurso concorre, que seria a sua regulação. Aquilo que não é verdade está fora da regularidade, portanto, não tem legitimidade, nem direitos, tampouco possibilidade de existir. Butler (1997) explora a questão do discurso como violência quando trata sobre “dano linguístico”, uma espécie de condicionamento promovido a partir da manipulação da linguagem e que cuja compreensão só é possível entendendo-a como este dispositivo de uso social que tem implicações práticas conforme o viés com o qual é empregada: “se somos formados na linguagem, então esse poder formativo precede e condiciona qualquer decisão que possamos tomar sobre ele, insultando-nos desde o início, por assim dizer, por seu poder anterior” (Butler, 1997, p. 2). O que a autora quer dizer é que para *sermos* algo precisamos da linguagem e que só somos prejudicados por ela por *sermos seres linguísticos*, logo, nos movimentamos por meio de possibilidades criadas por processos simbólicos que influenciarão diretamente nosso desenvolvimento pessoal e social dentro da realidade material. Essas possibilidades criadas são inscritas no discurso que tem estatuto de verdade numa dada sociedade e, assim, favorece determinadas performances políticas e económicas. Também essas possibilidades são a marca de como determinados discursos tomam estatuto de verdade a partir de uma especulação política e económica junto à legitimação de saberes estratégicos a determinados fins.

Em terceiro, o regime de verdade precisa se estabelecer de forma difusa, ou seja, circular principalmente nos dispositivos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social, destacou Foucault (1979), é grande, por regra. São esses dispositivos que vão dar corpo, essencialmente, ao que Foucault chamou de formações discursivas. Estas, integradas por diferentes enunciados que se

alinham pelo jeito de pensar (Hall, 2016), delimitam e fortalecem o regime de verdade. Van Dijk (1980) sob uma lógica similar à foucaultiana, apresentou o conceito de macroestruturas que, segundo o autor, são estruturas globais semânticas que se referem ao significado e conteúdo do discurso. Ou seja, somando-se as colaborações desses autores, podemos entender os *regimes de verdade* como macroestruturas que fornecem o enquadramento discursivo sobre determinados temas e as condições de possibilidade numa dada sociedade. Ao se referir à questão da coerção dos *regimes de verdade* sobre os dispositivos informativos ou à colaboração desses mecanismos com os *regimes de verdade*, Andrejevic (2008) destacou que o sofisticado entendimento foucaultiano sobre a relação entre poder e o que passa por verdade é quase contemporâneo ao momento em que estudiosos da comunicação estavam questionando a orientação jornalística para a neutralidade e para a objetividade. Como o autor destaca, a preocupação foucaultiana com a relação entre regimes de poder/saber (de verdade) e formações discursivas – “como aquelas fortalecidas pelo enquadramento jornalístico de acontecimentos noticiosos e debates políticos” (Andrejevic, 2008, p. 606) – é estratégica para pensarmos sobre como o jornalismo seleciona o que deve ser publicado e quais fatos merecem destaque e presença, pois, também para Foucault, importam as ausências e apagamentos, já que só tem sentido aquilo que está discursivamente previsto. Seguindo esses entendimentos, só terá aceitação social aquilo cujo significado foi socialmente chancelado (Hall, 2016) e, mais importante que isso, socializado (uma das mais importantes tarefas dos *media*, a socialização de determinados usos da linguagem e de discursos⁶). Sobre as

⁶ Dentro da Comunicação e dos Estudos Culturais, linguagem é entendida como um complexo sistema aberto e adaptável que, simultaneamente, é produzida pelos indivíduos e os têm como produto (Hartley, 2019). Essa relação de interdependência entre linguagem e indivíduos se dá, de acordo com Esteves (2016), pela socialização. Ou seja, o indivíduo se insere numa dada sociedade, interioriza e usa-se do arcabouço linguístico vigente para se comunicar dentro dela mas suas experiências de vida a partir desse arcabouço também vão colaborar com o desenvolvimento deste acervo, bem como com o desenvolvimento da própria sociedade em questão. Sendo assim, fica sendo este constante processo de transformação linguística que “protege o sentido não concluído – nunca terminado – do processo de emancipação simbólica: uma emancipação sempre aberta a maiores aprofundamento e radicalização, em virtude das possibilidades de desenvolvimento (social) que a linguagem e a comunicação oferecem” (Esteves, 2016, p. 57).

formações discursivas, devemos destacar que o uso do conceito foucaultiano de Discurso remete a um intrínseco interesse sobre a origem do sentido das coisas (Hall, 2016), por isso é importante a sensibilidade a essas formações discursivas primeiro como produto de um *regime de verdade* estabelecido ou em estabelecimento, segundo como uma espécie de representação da linha editorial de um determinado exercício de poder, de uma determinada época e um determinado lugar. Ainda nessa terceira característica, uma outra questão merece destaque: a de que devemos ter em mente que os regimes de poder e de verdade não atuam somente no enquadramento discursivo, ou seja, na forma como iremos observar determinado fato. A verdade, como apontou Foucault, é submissa aos movimentos políticos e económicos, os dispositivos informativos podem servir também para pautar aquilo sobre o que se fala quando não for oportuno ou for frustrada uma tentativa de abordar determinado fato sob determinado enquadramento por parte de outros dispositivos. Segundo Biroli (2011),

a teoria do *agenda setting*, em suas diferentes versões, procurou dar conta justamente do fato de que os meios de comunicação podem não ser capazes de definir como os indivíduos pensam, determinando suas opiniões e preferências. Mas definem, em grande medida, os temas sobre os quais eles pensam. Nesse sentido, fica difícil estabelecer fronteiras entre o que é socialmente relevante para os cidadãos em um dado momento e o que a agenda dos *media* torna saliente. (p. 89)

Portanto, entendamos que os *regimes de verdade* são regimes de controle, que podem operar na forma da verdade; no que devemos ter como verdade em determinado momento; e/ou quem detém a verdade – que se constitui como a quarta característica foucaultiana do regime. A verdade seria, de acordo com Foucault, produzida e transmitida sob controle – como se fosse, de fato um produto que sai de uma produção industrial e segue em lotes para distribuição e venda a retalho – predominantemente de alguns grandes aparelhos políticos e

económicos como a academia, a justiça ou os meios de comunicação, para usarmos dos mesmos exemplos usados pelo próprio autor. Um dos teóricos bastante influenciados por Michel Foucault, Stuart Hall, primeiro por estarem alinhados em suas críticas ao marxismo, segundo por ter Hall teorizado sobre as representações tomando como ponto de partida em uma das teorias da representação o trabalho de Foucault sobre o discurso, põe a comunicação no centro de sua problematização proposta a respeito da cultura acreditando na comunicação como um grande aparelho de circulação de significados em contextos de mediação (Chouliaraki, 2016). Sobre o conceito que Hall (2016) estabelece sobre representações, este está equiparado ao conceito foucaultiano de discurso, consistindo ambos na produção de sentido por meio da linguagem. A respeito dessa quarta questão, que versa sobre a produção e distribuição de verdades, talvez seja o pensamento de Hall o que mais fortaleça este entendimento, já que o autor foi um dos que mais trabalhou a respeito do caráter produzido dos sentidos e de como eles vão se transformando à medida que isso se constitui como uma demanda do poder. Hall (2003a), um emblemático crítico dos processos pós-coloniais, foi uma importante voz por meio de seu trabalho científico sobre regimes racistas, classistas e xenófobos de representação que também poderiam ser entendidos como *regimes de verdade*, que produzem verdades a serem transmitidas por parte de fortes sistemas de circulação. Hall (2019) também colabora neste debate com suas teorizações a respeito das “posições de enunciação”, que vão ao encontro desta quarta característica e que traduzem um pensamento do autor sobre o fato de que não importam o quão abertos possam estar os canais de emissão, alguns emissores seguem sendo privilegiados e isso está também ligado a uma especulação política e económica. Ainda tomando os *media* como exemplo dentro da relação de interdependência entre saber e poder, é importante destacar que

o poder, ao que parece, deve ser entendido aqui, não apenas em termos de exploração económica e coerção física, mas também em termos culturais ou simbólicos mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou algo de

uma certa maneira – dentro de um certo 'regime de representação'. Isso inclui o exercício do poder simbólico por meio de práticas representacionais. A **estereotipagem** é um elemento-chave neste exercício de violência simbólica. (Hall, 2003b, p. 259, grifo nosso)

Se os *regimes de verdade* constituem-se, portanto, como uma instância simbólica do poder, e partirem de premissas racistas, por exemplo, de exclusão de determinadas raças de determinados espaços, se retroalimentam neste ecossistema as representações problemáticas apontadas por Hall. Essa violência simbólica, que se equipara ao dano linguístico de Butler (1997) seria uma arma do poder em exercício direcionada aos contradiscursos que buscam legitimidade a partir das margens.

A quinta e última característica é que a verdade é objeto de debate político e de confronto social, ou seja, de lutas ideológicas⁷. Com isso, o autor quer dizer que a adesão a uma formação discursiva seria, então, o fortalecimento de uma corrente ideológica e que os discursos vigentes estão constantemente sendo questionados e ameaçados por outras correntes discursivas. Foucault (1979) deixa claro que por verdade não se está a remeter a um conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar, mas ao “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (p. 17). O autor tem o entendimento de que não se faz nada em favor da verdade, mas em favor da detenção do estatuto da verdade e do papel político-económico que, por conseguinte, ela desempenha.

Foucault descreveu ainda que está a cargo do intelectual o estabelecimento desse regime de verdade e, sendo assim, associamos essa figura intelectual foucaultiana ao perito de Giddens (1991) – mesmo

⁷ Hall estabeleceu uma conexão entre discurso e ideologia, tomando ambos como um conjunto de afirmações ou crenças que produzem conhecimento e servem a interesses particulares. A opção pelo discurso se deu por Hall corroborar o entendimento foucaultiano de que o conceito de ideologia divide o mundo entre o que é verdadeiro e o que é falso e que “declarações sobre o mundo social, político ou moral raramente são simplesmente verdadeiras ou falsas, e ‘os fatos’ não nos permitem decidir definitivamente sobre sua verdade ou falsidade, em parte porque ‘fatos’ podem ser interpretados de diferentes maneiras” (Hall, 2019, pp. 156–157).

reconhecendo o quanto o sujeito foucaultiano é um entrave a Giddens e o quanto as teorias de ambos conversam pouco – que é aquele em quem depositamos a nossa confiança e que cujo conhecimento influencia nossas ações cotidianas. Os sistemas constituídos por esses peritos, nomeado por Giddens como “sistemas perito” seriam “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (p. 40).

Foucault (2008) descreveu os *regimes de verdade* como um conjunto de procedimentos que orientam a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados e que se constituem como a condição de formação e desenvolvimento do capitalismo. Falar sobre o capitalismo é uma ótima oportunidade para fecharmos essa discussão inicial que, para tratar sobre conceitos foucaultianos teve como proposta de início uma fala a respeito das colonizações. A elaboração de *regimes de verdade* e sua condição enquanto fundadores do capitalismo torna claro que a verdade é também um fator hierarquizante e segregador, entre o centro do saber/poder e as margens. Logo, o reconhecimento de estrutura de poder tem como premissa o reconhecimento prévio de que há discursos de resistência em busca da epistemologização, da cientificidade, da formalização, ou seja, da regularidade (Foucault, 1999, 2008) e da tomada do estatuto de verdade.

Por uma espécie de cerca sobre uma determinada forma de conhecimento e criar um regime que funciona como uma lógica sob a qual as relações vão se dar é algo que remete a uma colonização do campo simbólico (cultura, linguagem e ideologia) ou a uma cristalização dos discursos de leitura social, o que remete aos estereótipos e certa aceção de indivíduos (Biroli, 2011; Silveirinha, 2008). Seguindo as proposições de Foucault, se vivemos num sistema, este se mantém sob uma organização de poderes que têm como precedente um campo de saber como estatuto de verdade. Essa formatação da verdade, que também pode ser entendida nas palavras do autor como economia política da verdade – tratamento da verdade a partir de pautas políticas e económicas – pode sinalizar uma espécie de *colonização das práticas*

simbólicas, por meio das quais linguagem e conhecimento operam e influenciam nossas realidades materiais (Hall, 2016).

3. O privilégio discursivo jornalístico na colonização das práticas simbólicas

Os *media* são mecanismos que atuam diretamente em nossos mapas conceituais partilhados, logo, têm implicações nas consciências coletivas (Esteves, 2016; Hall, 2016). Sua influência é assegurada tanto pela crença social na autoridade do discurso mediático em inúmeros contextos locais (Couldry, 2000) como na sua licença para representar (Orgad, 2012).

Dos *media* se esperam as representações, e a forma que elas tomam fortalece um determinado tipo de discurso na disputa pelo estatuto de verdade, por serem esses *media* percebidos como imparciais e que representam a todos, sem um ativismo aparente em torno de questões como raça, classe ou gênero, por exemplo (Hartley, 2019). Seguindo a lógica foucaultiana, tanto entendemos a verdade como um posicionamento político como sabemos que a decisão por não falar sobre algo também faz parte das estratégias discursivas e revela tentativas de apagamento. Esse não-ativismo dos *media* seria, na verdade, uma negação ou relativização de pautas dentro da sociedade.

Uma outra questão que conta a favor do poder do jornalismo é o fato de este dispositivo ser uma espécie de “meta-sistema perito”. Amadurecendo as teorizações de Giddens, Miguel (1999) trouxe-nos a concepção de “meta-sistema perito” para descrever o estatuto do jornalismo dentro das sociedades. Neste conceito o autor compreende os “mecanismos que favorecem a universalização da crença – ou descrença – no funcionamento de *sistemas peritos* específicos, para além da experiência individual dos consumidores (p. 202, grifos do autor). Ou seja, o autor reafirma que é o jornalismo que cumpre um importante papel de vigilância sobre os outros sistemas de vigilância (exemplos disso seriam a Ordem dos Advogados, a Assembleia da República, as instituições de ensino, a polícia, a justiça, a psicologia, a física etc.), contando com o privilégio de não ter um sistema perito sobre si. O jornalismo, então, seria um mecanismo que atua

quase que livremente na estruturação dos *regimes de verdade*, sendo uma das instâncias que conferem legitimidade aos discursos: “o contato cotidiano com as notícias ajuda a confirmar ou desmentir as crenças estabelecidas na fiabilidade dos diversos *sistemas peritos* – pelo simples fato de que o consumidor de informações já não conta somente com sua experiência pessoal” (Miguel, 1999, p. 202).

Portanto, sendo esse foro informal e cotidiano de legitimação dos diversos *sistemas peritos* apontado por Miguel (1999), o jornalismo atuaria na mediação dos discursos científico e racional, que dão base à verdade, tendo mais um privilégio: ser o censor, inclusive, do discurso científico que, caso não se alinhe às estratégias económicas e políticas, será deslegitimado. Miguel (1999) chama atenção ainda para o fato de que o quanto mais os *media* se unem às novas tecnologias e tornam cada vez mais possíveis a larga distribuição de conteúdo, mais “permanece a pressão uniformizadora provocada pela maneira de ver o mundo compartilhada pelos jornalistas, pelo interesse de classe dos proprietários e pela influência dos anunciantes” (Miguel, 1999, p. 203). Num mundo globalizado e cada vez mais tecnológico, romper as barreiras nacionais e criar novos impérios cognitivos pode ser uma possibilidade a velhas necessidades de dominância (Santos, 2019).

Orgad (2012) destaca que os estudos mediáticos não conseguem conceber a atuação da comunicação dentro da globalização por conta de uma espécie de prisão à estrutura do Estado-nação como ponto de partida para interpretar as representações mediáticas. Por meio desta proposição é possível fortalecermos o entendimento de uma colonização simbólica que não somente acontece com a atuação sobre os processos simbólicos e formatação de uma cultura, linguagem e conhecimento, mas que pode alcançar diferentes culturas e romper diferentes fronteiras.

Apesar de a autora chamar atenção para as especificidades que cada cultura pode adicionar às representações, alterando-as, pensar o uso da linguagem, que constitui-se como uma conquista humana que permitiu a viagem do conhecimento pelo tempo e pelo espaço (Esteves, 2016), somada à

globalização, que é a extensão simbólica das relações sociais (Orgad, 2012), é reconhecer que faz-se necessária uma maior preocupação com a atuação dos *media* meta-sistemas enquanto potenciais exterminadores de culturas e línguas. Isso em nome de uma homogeneização de territórios oportuna à dominação política e económica.

Os *media* de massa tornaram-se ferramentas das classes dominantes nos esforços de manutenção de poder, riqueza e estatuto por meio da popularização de sua própria filosofia, cultura e moralidade (Lull, 1995; Simões, 2011). Isto acaba por alimentar a ideia de Foucault sobre os *regimes de verdade* serem necessários à existência do capitalismo que, obviamente, vai ter características locais como Orgad (2012) destacou mas que é um sistema global que opera por meio dessa globalização das representações.

4. Representações mediáticas como estruturantes dos regimes de verdade

Orgad (2012) esclarece duas questões valiosas para esta reflexão aqui proposta: o que são representações mediáticas e qual ‘trabalho’⁸ as representações mediáticas fazem. A autora explica que representar consiste em ‘reapresentar’ por meio do uso de signos. Sobre as representações mediáticas, especificamente, esclarece que

em termos gerais, qualquer objeto, por exemplo, um edifício, uma peça de roupa, um artefacto, pode ser visto como uma representação que carrega significados além de sua função e uso imediato. O que distingue as representações mediáticas desses outros objetos representacionais é que sua essência é representar. Em outras palavras, sua função principal é produzir significado, para capturar de alguma forma a realidade nos signos. (Orgad, 2012, p. 47)

⁸ Orgad (2012) parte da teoria de Stuart Hall sobre as representações, logo, o uso do termo ‘trabalho’ entre plicas é também uma referência ao texto do autor intitulado O Trabalho das Representações.

Se as representações mediáticas têm essa carga e expectativa do representar *per se*, reforça-se assim o poder dos *media* dentro da sociedade como estabilizadores do saber por excelência⁹. Além disso, seguindo o pensamento de Hall (2003a, 2016), os *media* não operam somente na construção de estruturas de saber necessárias à codificação da realidade, mas também nas estruturas de descodificação necessárias às suas audiências, ou seja, como homogeneizador de “mapas conceituais” e aproximador simétrico do codificador e do descodificador. Esse pensamento vai ao encontro do que propôs Anderson (2006) a respeito das colaborações da imprensa (*print capitalism*) com a criação de linguagens nacionais e com a produção de comunidades por meio da alimentação um imaginário comum. Essa atuação na partilha massiva de saberes que influenciam na codificação e descodificação é mais um reforço da atuação dos *media* como sendo esses mediadores da verdade.

Voltando ao trabalho da representação, a segunda questão valiosa a esta reflexão, Orgad (2012) chama atenção para a perspectiva que se aplica ao exercício de compreensão das representações mediáticas. Como centramos esta discussão na lógica foucaultiana, compreendemos o trabalho mediático de representar como uma espécie de colaboração com a constituição e manutenção de *regimes de verdade* estratégicos para assegurar determinados exercícios de poder, seja o próprio poder mediático de representar (Hall, 2003b), sejam outros poderes, como o político e o económico.

Dito isto, acreditamos que os *regimes de verdade* funcionem sob um imaginário globalizado e colonial a partir de oposições binárias (Hall, 2019; Orgad, 2012) que hierarquizam grupos sociais por meio da atribuição de valores fixados por meio de representações estereotipadas que lhes vão condicionando as realidades materiais e sua própria autonomia, no sentido de não poderem contar sua própria história. Hall (2003a) acreditava que o pós-colonialismo não constitui-se na superação do colonialismo mas a repercussão de problemas de

⁹ Estabilizar sentido ou saber é, segundo Esteves (2016), operar na redução do número de sentidos ou conhecimentos em disputa pelo estatuto de verdade. Os *media*, por exemplo, atuam nessa redução homogeneizando os mapas conceituais dos indivíduos e dos coletivos.

dependência, subdesenvolvimento e marginalização que são mantidos sob novas organizações de poder especialmente em resposta aos movimentos diaspóricos, migratórios e o multiculturalismo. Dessa forma, o pós seria apenas uma continuação das relações desproporcionais e de dominação a partir de um novo regime de verdade.

5. Considerações finais

Quando mencionamos oposições binárias, remetemos a ideias defendidas por Hall (2019) e Orgad (2012) que referem-se à questão foucautiana de acolhida e rejeição de discursos. Pensar que as representações estruturantes de *regimes de verdade* operam a partir dessas oposições é pensar em brancos/não brancos, heteronormativos/não-heteronormativos, pobres/ricos, homens/mulheres, cis/trans, ocidental/não ocidental, sul/norte e outros tantos esquemas utilizados ao longo do tempo para legitimar/deslegitimar grupos sociais.

Quando pensamos o colonial, remetemos especialmente ao raciocínio de Foucault sobre a propriedade que o poder hegemónico tem de se reorganizar, se readequar e se manter mesmo que constituído sobre um outro campo de saber. Já que somos seres linguísticos (Esteves, 2016) e temos nossas realidades materiais influenciadas pelos movimentos discursivos, mesmo com a queda dos impérios e a transformação da ordem mundial, colonizações simbólicas como estratégias de manutenção de estatutos globais podem continuar a ser desempenhadas, rompendo as barreiras dos Estados-nação, como alerta van Dijk (1980), e mantendo o pacto ocidental de subalternização estabelecida a partir das linhas abissais descritas por Santos (2007).

A atenção aos *media* como esses estruturantes dos *regimes de verdade* permanece pertinente a cada dia mais por podermos observar que os jogos discursivos e os exercícios de legitimação permanecem ativos e mantendo o poder hegemónico. A necessidade de seguir acompanhando a economia política

da verdade é também uma forma de legitimar os discursos das margens por espaços nos centros e emancipação daqueles que seguem subalternizados.

Já que usamos as estruturas binárias para descrever como os *regimes de verdade* operam no trabalho das representações, usamo-nos das teorizações de Auer (2019) sobre o jornalismo, para apontar que a dualidade pela qual os *media* operam é a de privilégio (normal) e marginalidade (desviante). Essa dualidade vai produzir as aproximações (acolhimento) e afastamentos (rejeição) entre sujeitos por meio de representações que se concentram na identidade e, por sua vez, reduzem as agências das pessoas subalternizadas.

Referências

Anderson, B. (2006). *Imagined Communities* (Revised Ed). Verso.

Andrejevic, M. (2008). Theory review power, knowledge, and governance: Foucault's relevance to journalism studies. *Journalism Studies*, 9(4), 605–614.
<https://doi.org/10.1080/14616700802114464>

Auer, M., Sutcliffe, J., & Lee, M. (2019). Framing the 'White Widow': Using intersectionality to uncover complex representations of female terrorism in news media. *Media, War & Conflict*, 12(3), 281–298.
<https://doi.org/10.1177/1750635218769931>

Biroli, F. (2011). Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 71–98. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200004>

Butler, J. (1997). *Excitable Speech*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203948682>

Chouliaraki, L. (2016). Foucault, Michel. *The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy*, 1–5.
<https://doi.org/10.1002/9781118766804.wbiect236>

Couldry, N. (2000). *The Place of Media Power*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203007624>

Esteves, J. P. (2015). Sobre a Opinião Pública que já não o é – ao ter deixado de ser propriamente pública e também uma opinião. *Intexto*, 34(34), 276. <https://doi.org/10.19132/1807-8583201534.276-293>

Esteves, J. P. (2016). *Sociologia da Comunicação* (2ª Edição). Fundação Calouste Gulbenkian.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder* (Roberto Machado (ed.)). Edições Graal.

Foucault, M. (1980). Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings. Em *New York*. <https://doi.org/citeulike-article-id:798470>

Foucault, M. (1999). *A ordem do Discurso* (5ª Edição). Edições Loyola.

Foucault, M. (2008). *Arqueologia do Saber* (7ª Edição). Forense Universitária.

Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade* (E. UNESP (ed.)).

Hall, S. (2003a). Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Em Editora UFMG (Ed.), *History*.

Hall, S. (2003b). Representation: Cultural Representation and Signifying Practices. Em S. Hall (Ed.), *Representation*. SAGE Publications.

Hall, S. (2016). Cultura e representação. Em *Ed. PUC-Rio/Apicuri*. Ed. PUC-Rio : Apicuri.

Hall, S. (2019). Essential Essays Vol. 2: Identity and Diaspora. Em D. Morley (Ed.), *Essential Essays, volume 2*. Duke University Press.

Hartley, J. (2019). Communication, Cultural and Media Studies. Em *Communication, Cultural and Media Studies* (Fifth Edit, pp. 1–293). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315225814-1>

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Lull, J. (1995). Hegemony. Em G. Dines, J. M. Humez, B. Yousman, & L. B. Yousman (Eds.), *Gender, race and class in media: a critical reader* (pp. 33–36). Columbia University Press.

Miguel, L. F. (1999). O Jornalismo Como Sistema Perito. Em *Tempo Social* (Vol. 11, Número 1, pp. 197–208). <https://doi.org/10.1590/s0103-20701999000100011>

Orgad, S. (2012). Media Representation and the Global Imagination: A Framework. *Media Representation and the Global Imagination*.

Santos, B. de S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp, <https://doi.org/10.4000/rccs.753>

Santos, B. de S. (2019). El fin del Imperio Cognitivo. Em *El fin del imperio cognitivo*.

Silveirinha, M. J. (2008). A Representação das Mulheres nos Media: dos Estereótipos e «Imagens de Mulher» ao «Feminino» no Circuito da Cultura. Em J. P. Esteves (Ed.), *Comunicação e Identidades Sociais - diferença e reconhecimento em sociedades complexas e culturais pluralistas* (1ª Edição, pp. 103–130). Livros Horizonte.

Simões, R. B. de. (2011). *Crime castigo e género nas sociedades mediatizadas - Políticas de injustiça no discurso dos media* (Número November 2011) [Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/17894>

Tuchman, G. (2000). The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. Em *Culture and Politics* (pp. 150–174). Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1007/978-1-349-62965-7_9

Van Dijk, T. A. (1980). *Macrostructures: An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Luiz Gustavo Henrique de Freitas

Licenciado em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo (UNI7, Brasil); pós-graduado em Filosofia e Direitos Humanos (PUC-PR, Brasil); mestre em Jornalismo e Comunicação (Universidade de Coimbra, Portugal); e doutorando e investigador em Comunicação (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal). Atuou como Jornalista e Assessor de Comunicação no Brasil e em Portugal e foi orador do TEDxUniversidadeDeCoimbra 2020.

Data de submissão: 30/09/2021 – Data de aceite: 27/12/2021